

Ventos de
São Clemente
Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Ventos de São Clemente Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ventos de São Clemente Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos de São Clemente Holding S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos



que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável (“Impairment”) dos ativos não financeiros (Imobilizado)

Veja as Notas 5.e e 10 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas o montante de R\$ 990.955 referente ao seu ativo imobilizado. Ao final de cada exercício, a Companhia e suas controladas efetuam análise para avaliar a existência de indicadores de redução ao valor recuperável de suas unidades geradores de caixa (“UGC”), sendo que não constatou indicadores de perda, portanto, não efetuou testes de recuperabilidade nas suas UGCs. Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria, devido aos montantes envolvidos e ao alto grau de julgamento exercidos pela Companhia e suas controladas na determinação se existem ou não indicadores de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado, bem como devido ao impacto que eventuais alterações poderiam ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas e nos investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais.</p>	<p>Obtivemos a avaliação da Companhia e suas controladas sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável das unidades geradores de caixa, assim como avaliamos se os julgamentos exercidos estavam de acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Nossos procedimentos de auditoria para avaliar se existem ou não indicadores de redução ao valor recuperável das UGCs, foram pautados nas seguintes informações: a) Os parques eólicos da Companhia e suas controladas, são novos e iniciaram suas atividades operacionais no 1º semestre de 2016; b) Nas projeções econômico-financeiras observadas, não estão previstos crescimento de custos operacionais; c) Não estão previstas mudanças na expectativa de uso, ou redução de ativos, fora do custo normal das operações; d) Durante o exercício de 2018 não ocorreram danos físicos ou obsolescência nos ativos que causem algum prejuízo ao fluxo de caixa; e) Ao efetuar comparações com Companhias semelhantes do mercado, identificou-se que os valores contábeis registrados no ativo imobilizado da Companhia e suas controladas estão compatíveis. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável do ativo imobilizado consolidado, é aceitável no</p>



	contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.
--	---

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Florianópolis, 31 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000190/F-9

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Ventos de São Clemente Holding Energias Renováveis S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)			2018	2017 (Reapresentado)		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	184	85	101.989	59.339	Fornecedores	11	19	564	6.487	19.880
Contas a receber	7	-	-	62.616	32.233	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	83.974	49.227
Impostos a recuperar		762	753	3.855	1.229	Debêntures	13	1.774	19.759	1.774	19.759
Estoques		-	-	30	15	Contas a pagar partes relacionadas	21	-	-	719	-
Despesas pagas antecipadamente	8	-	-	14.184	7.918	Provisão de ressarcimento	14	-	-	3.857	3.857
Dividendos a receber		9.436	1.150	-	-	Obrigações tributárias	13	-	1	4.795	6.354
Adiantamento fornecedores		-	364	170	17.379	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	124	82
Outras contas a receber		-	41	-	868	Outras contas a pagar		-	-	-	877
Total do ativo circulante		10.382	2.393	182.844	118.981	Total do passivo circulante		1.793	20.324	101.730	100.036
Não circulante						Não circulante					
Fundos vinculados	6	-	-	33.431	25.691	Empréstimos e financiamentos	12	-	-	619.011	672.568
Depósitos judiciais		-	-	109	108	Debêntures	13	175.675	151.092	175.675	151.092
Despesas pagas antecipadamente	8	21	-	760	-	Adiantamento para futuro aumento de capital		-	908	-	908
Outras contas a receber		-	2	-	10.093	Outras contas a pagar		-	-	-	9.845
Investimentos	9	472.178	429.286	-	-	Provisão de ressarcimento	14	-	-	6.570	6.570
Imobilizado	10	-	402	990.955	1.038.760	Total do passivo não circulante		175.675	152.000	801.256	840.983
Intangível		-	-	-	7.145	Patrimônio líquido	15				
Total do ativo não circulante		472.199	429.690	1.025.255	1.081.797	Capital social		313.646	308.780	313.646	308.780
						Prejuízos Acumulados		(8.533)	(49.021)	(8.533)	(49.021)
						Total do patrimônio líquido		305.113	259.759	305.113	259.759
Total do ativo		482.581	432.083	1.208.099	1.200.778	Total do passivo e patrimônio líquido		482.581	432.083	1.208.099	1.200.778

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding Energias Renováveis S/A

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receita operacional líquida	17	-	299.993	251.918
Custo operacionais	18	-	(132.467)	(91.743)
Lucro Bruto		-	167.526	160.175
Resultado com equivalência patrimonial		64.751	12.456	-
Despesas gerais e administrativas	19	(89)	(195)	(14.089)
Despesas Tributárias		-	(9)	(38)
Outras Receitas Operacionais		-	364	471
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas		64.662	12.616	146.519
Receitas financeiras	20	1	183	8.000
Despesas financeiras	20	(24.175)	(14.412)	(113.973)
Resultado Financeiro		(24.174)	(14.229)	(138.679)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		40.488	(1.613)	7.840
Imposto de renda	16	-	(8.086)	(6.167)
Contribuição social	16	-	(4.040)	(3.286)
Resultado do exercício		40.488	40.488	(1.613)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding Energias Renováveis S/A

Demonstrações dos resultados abrangente

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	40.488	(1.613)	40.488	(1.613)
Resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	40.488	(1.613)	40.488	(1.613)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding Energias Renováveis S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Capital Social</u>			
	Capital Social	Capital Social a Integralizar	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	307.240	(14.844)	(47.408)	244.988
Subscrição de capital	1.540	14.844	-	16.384
Resultado do exercício	-	-	(1.613)	(1.613)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	308.780	-	(49.021)	259.759
Subscrição e integralização de capital	4.866	-	-	4.866
Resultado do exercício	-	-	40.488	40.488
Saldos em 31 de maio de 2018	313.646	-	(8.533)	305.113

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Clemente Holding Energias Renováveis S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidada	
	2018	2017 (Reapresentado)	2018	2017 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos	40.488	(1.613)	52.614	7.840
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	61.505	11.956
Juros Debentures	20.063	11.956	20.063	67.625
Resultado de equivalencia patrimonial	(64.751)	(12.456)	-	-
Custos de captação apropriado ao resultado	-	-	3.975	1.371
Baixa imobilizado	-	-	930	34.314
Baixa de intangível	402	-	7.145	-
Provisão de ressarcimento	-	-	-	10.427
Depreciação e amortização	-	-	49.474	48.159
Outros	-	-	-	-
Varição nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(9)	(131)	(2.626)	309
(Aumento) redução em outras contas a receber	43	(43)	10.961	(10.672)
(Aumento) redução em Depósitos judiciais	-	-	(1)	-
(Aumento) redução em estoque	-	-	(15)	(15)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	364	(364)	17.209	(17.872)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(21)	-	(7.026)	(7.373)
(Aumento) redução em contas a receber	-	-	(30.383)	(9.154)
Aumento (redução) em fornecedores	(545)	(4)	(13.393)	(205.856)
Aumento (redução) em obrigações sociais e trabalhistas	-	-	42	(75)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(1)	(10)	(2.438)	5.271
Aumento (redução) em outras contas a pagar	-	-	(10.722)	1.269
Caixa líquido originado pelas atividades operacionais	(3.967)	(2.665)	157.314	(62.476)
Pagamento de IR e CS	-	-	(11.247)	-
Pagamento de encargos financeiros	(13.230)	-	(72.920)	(30.689)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(17.197)	(2.665)	73.147	(93.165)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento				
Aportes de capital em investidas	-	(194.551)	-	-
Redução de capital em investidas	13.573	21.111	-	-
Aquisição imobilizado	-	-	(2.599)	(8.883)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	13.573	(173.440)	(2.599)	(8.883)
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento				
Aplicação em fundos vinculados	-	-	(7.740)	(25.691)
Emissão de debêntures	-	180.000	-	180.000
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	-	-	(24.600)	(11.569)
Pagamento de principal de debêntures	(235)	(21.105)	(235)	(21.105)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	908	-	908
Pagamento de mútuos - partes relacionadas	-	-	719	-
Integralização de capital	3.958	16.384	3.958	16.384
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	3.723	176.187	(27.898)	138.927
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	99	82	42.650	36.879
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	85	3	59.339	22.460
No fim do exercício	184	85	101.989	59.339
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	99	82	42.650	36.879

As transações que não envolveram o caixa estão demonstradas na nota explicativa nº 23.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares Reais)

1 Contexto operacional

O Grupo Ventos de São Clemente Holding S.A., com sede em Fortaleza a Avenida Barão de Studart, sala 1004, bairro, Joaquim Tavora, foi constituída em 27 de dezembro de 2012, e possui as seguintes controladas:

Controlada	Portaria	Início da operação
Ventos de São Clementes I Energias Renováveis S.A.	627/2014	25/05/2016
Ventos de São Clementes II Energias Renováveis S.A.	628/2014	25/05/2016
Ventos de São Clementes III Energias Renováveis S.A.	631/2014	25/05/2016
Ventos de São Clementes IV Energias Renováveis S.A.	639/2014	25/05/2016
Ventos de São Clementes V Energias Renováveis S.A.	632/2014	14/06/2016
Ventos de São Clementes VI Energias Renováveis S.A.	633/2014	25/05/2016
Ventos de São Clementes VII Energias Renováveis S.A.	640/2014	25/05/2016
Ventos de São Clementes VIII Energias Renováveis S.A.	634/2014	21/06/2016

O Grupo tem por objeto social participar como sócia ou acionista, do capital de outras sociedades ou empreendimentos, buscando sempre estimular a atuação destas de forma eticamente responsável, bem como apoiar e monitorar o desempenho das empresas de cujo capital participar, através de: a) mobilização de recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco; b) subscrição ou aquisição de valores mobiliários que forem emitidos para fortalecimento da respectiva posição no mercado de capital; e c) atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas.

O Complexo Eólico São Clemente, detido pelas investidas acima listadas, possui capacidade instalada total de 216,1 MW¹ médios.

Em 2017 o Grupo aderiu junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ao Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD - (abril a dezembro/2017), visando a redução total dos montantes de Energia Elétrica dos contratos firmados no ACR e com posterior recontração no Mercado Livre por valores mais altos. Em 2018 o Grupo aderiu novamente ao MCSD de janeiro a dezembro/2018 vendendo cerca de 70% da sua garantia física em contratos bilaterais.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

¹ As informações não financeiras contidas nestas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais da Companhia no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas que estão a valor justo.

c. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos críticos e incertezas referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas.

e. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as demonstrações financeiras do Grupo e suas controladas, listadas a seguir:

Controladas	% de participação
Ventos de São Clementes I Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes II Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes III Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes IV Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes V Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes VI Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes VII Energias Renováveis S.A.	100%
Ventos de São Clementes VIII Energias Renováveis S.A.	100%

3 Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1 de janeiro de 2018.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram rerepresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

(i) CPC 47 - Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 Receitas, o CPC 17 Contratos de Construção e interpretações relacionadas. A partir da adoção do CPC 47 em 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a reconhecer as receitas de venda de energia considerando cinco passos: i) identificação do contrato com cliente; ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpriu as obrigações de desempenho.

Essas alterações não resultaram em efeitos materiais no reconhecimento da receita de venda de energia, bem como, nas demonstrações financeiras.

(ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

Classificação e mensuração - Ativos e passivos financeiros

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com a norma é geralmente baseada no modelo de negócios no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixas contratuais. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia, apenas na classificação, conforme demonstrado abaixo:

R\$	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48	Saldo em 01/01/2018
Ativos financeiros consolidados (Circulante/Não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	29
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	VJR	59.310
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	32.233
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	VJR	25.691
Total de ativos financeiros			117.263
Passivos financeiros consolidados (Circulante/ Não circulante)			
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado	721.795
Debêntures	Outros passivos	Custo amortizado	170.851
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado	19.880
Total de passivos financeiros			912.526

Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Com base na avaliação da Companhia, este requerimento não gerou impactos materiais na contabilização de seus ativos financeiros e contratuais.

4 Retificação de erros

A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, com base no “CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, procedeu ajustes, de forma retrospectiva, em seu balanço patrimonial, demonstração do resultado e do resultado abrangente e do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A seguir o resumo dos impactos nas demonstrações financeiras da controladora do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Controladora			
Balanco patrimonial	Impactos das retificações de erros		
Em 31 de dezembro de 2017			
Em milhares de reais	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	415.479	16.604	432.083
Investimentos (ii)	414.196	15.090	429.286
Dividendos a receber (ii)	-	1.150	1.150
Adiantamento a fornecedores (i)	-	364	364
Ativos não impactados	1.283	-	1.283
Total de passivos	172.324	-	172.324
Total do patrimônio líquido	243.155	16.604	259.759
Prejuízos Acumulados (i)	(65.625)	16.604	(49.021)

Demonstração do resultado e do resultado abrangente
 Em 31 de dezembro de 2017

Impactos das retificações de erros			
Em milhares de reais	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado com equivalência patrimonial (iii)	(3.784)	16.240	12.456
Outras receitas (despesas) operacionais	-	364	364
Resultado antes das despesas (receitas financeiras líquidas)	(3.988)	16.604	12.616
Resultado do exercício	(18.217)	16.604	(1.613)
Resultado abrangente do exercício	(18.217)	16.604	(1.613)

A seguir o resumo dos impactos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

Consolidado			
Balanco patrimonial	Impactos das retificações de erros		
Em 31 de dezembro de 2017			
Em milhares de reais	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total de ativos	1.184.174	16.604	1.200.778
Adiantamento a fornecedores (i)	775	16.604	17.379
Outros ativos não impactados	1.183.399	-	1.183.399
Total de passivos	941.019	-	941.019
Outros passivos não impactados	941.019	-	941.019
Total do patrimônio líquido	243.155	16.604	259.759
Prejuízos Acumulados (i)	(65.625)	16.604	(49.021)

Demonstração do resultado e do resultado abrangente
 Em 31 de dezembro de 2017

Impactos das retificações de erros			
Em milhares de reais	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Custos de operação (i)	(107.983)	16.240	(91.743)
Outras Receitas Operacionais (i)	107	364	471
Resultado antes das despesas (receitas financeiras líquidas)	129.915	16.604	146.519
Resultado do exercício	(18.217)	16.604	(1.613)
Resultado abrangente do exercício	(18.217)	16.604	(1.613)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
 Em 31 de dezembro de 2017

Impactos das retificações de erros			
Em milhares de reais	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Resultado antes dos tributos	(8.764)	16.604	7.840
Adiantamento a fornecedores	(1.268)	(16.604)	(17.872)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(62.746)	-	(62.746)

(i) **Adiantamento a fornecedores**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu no resultado custos com geração de energia em desacordo com o período de competência que incorreram. Desta forma, a Companhia ajustou o resultado de 2017 em contrapartida ao Ativo.

(ii) **Investimentos e dividendos a receber**

Em decorrência aos ajustes realizados nas controladas a controladora precisou ajustar de forma equivalente o saldo de investimentos e equivalência patrimonial, o que ocasionou também ajuste nos dividendos a receber.

5 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

a. Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial:**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente: (Política aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018)**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado – VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhe um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar contratos de instrumentos financeiros derivativos.

b. Receitas de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor pela venda de energia elétrica. A receita pela venda de energia é reconhecida de acordo com o CPC 47 Receita de Contratos com Clientes, o qual estabelece os seguintes 5 passos para o reconhecimento de uma receita:

1. Identificar o contrato com o cliente
2. Identificar as obrigações de desempenho no contrato
3. Determinar o preço das transações
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho
5. Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR. Durante o ano de 2018 a Companhia aderiu ao sistema MCSD. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são

atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados;
(iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia entende que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Unidade de geração eólica - Pás	15 anos
Unidade de geração eólica - Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica - Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica - Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Móveis e utensílios	16 anos
Equipamentos móveis e portáteis de comunicação	16 anos
Comunicação	16 anos
Outros equipamentos	16 anos
Veículos	7 anos
Equipamento geral de informática	6 anos
Software	5 anos
Licença de uso	5 anos

d. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que possuem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

e. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve presumir que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou nenhum indicador para ativos não financeiros com vida útil definida para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

f. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

Lucro presumido

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para IRPJ e 12% para CSLL para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

Lucro real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

g. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

i. Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque: as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial. O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

Considerando que as contraprestações dos arrendamentos são calculadas com base na receita auferida com a geração de energia, e ainda que podem ocorrer oscilações consideráveis na receita de geração, a Companhia entende que não possui subsídios para mensurar o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, despesas com amortização e despesas de juros com confiabilidade. Dessa forma, em sua avaliação preliminar, a Companhia entende que não reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das terras onde os parques eólicos estão instalados.

6 Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	-	1	16.845	29
Aplicações financeiras (a)	184	84	85.144	59.310
Total	184	85	101.989	59.339

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, junto ao Santander e Citibank, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 98% CDI referente às aplicações do Santander e taxa de 97 % CDI para as aplicações do Citibank.

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As aplicações em contas reservas obedecem a metodologia de cálculo dos saldos mínimos obrigatórios descritas nos contratos de financiamento, sendo que cada contrato possui regras específicas, as quais são exigidas pelo Banco Financiador para que sejam mantidas contas reservas para garantia do pagamento do Serviço da Dívida, e pagamento do custo de Operação e Manutenção, entre outras, em casos específicos de falta de liquidez do projeto descritos nos contratos de financiamento.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Garantia serviço da dívida BNDES	21.353	22.901
Garantia serviço da dívida debêntures	10.325	1.909
Garantia O&M	1.753	881
Total	33.431	25.691

7 Contas a receber

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2018	31/12/2017
América Energia S/A	1.164	-
Brookfield Energia Renovável S.A	3.824	-
Camara Com. Energia Elétrica/CCEE	43.216	5.706
Comerc Comercializadora de Energia Elétrica Ltda	1.131	-
Ecom Energia Ltda	565	-
Energisa Comercializadora de Energia Ltda	4.743	-
Engie Brasil Energia Comercializadora Ltda	5.104	-
Principal Comercializadora de Energia Ltda	1.024	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda	475	-
Wx Energy Comercializadora de Energia Ltda	1.640	-
Provisão de energia	-	26.527
(-) Provisão pra estimativa de crédito pra liquidação duvidosa	(270)	-
Total	<u>62.616</u>	<u>32.233</u>

Todos os títulos em aberto na data de 31/12/2018 estão classificados como a vencer, com exceção do saldo a receber da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que possui regras específicas de comercialização.

8 Despesas pagas antecipadamente

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Seguros a apropriar	-	-	1.700	811
Fianças e despesa de estruturação	21	-	13.244	7.107
Total	<u>21</u>	<u>-</u>	<u>14.944</u>	<u>7.918</u>
Circulante	-	-	14.184	7.918
Não Circulante	21	-	760	-

- (a) As fianças bancárias são tomadas junto a instituições financeiras como garantias às obrigações assumidas pelo grupo e suas controladas perante os debenturistas e BNDES.

Movimentação dos investimentos

	31/12/2017	Aumento de capital	Redução de capital (8)	Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2018
Investidas						
Ventos de São Clementes I Energias Renováveis S.A.	50.418	-	(1.669)	(852)	7.453	55.350
Ventos de São Clementes II Energias Renováveis S.A.	57.596	-	(1.682)	(905)	9.086	64.095
Ventos de São Clementes III Energias Renováveis S.A.	59.294	-	(1.683)	(2.310)	9.727	65.028
Ventos de São Clementes IV Energias Renováveis S.A.	55.810	-	(1.669)	(2.912)	12.261	63.490
Ventos de São Clementes V Energias Renováveis S.A.	47.886	-	(1.697)	(1.022)	9.774	54.941
Ventos de São Clementes VI Energias Renováveis S.A.	46.779	-	(1.697)	(285)	6.764	51.561
Ventos de São Clementes VII Energias Renováveis S.A.	67.058	-	(1.955)	-	5.301	70.404
Ventos de São Clementes VIII Energias Renováveis S.A.	44.445	-	(1.521)	-	4.385	47.309
Total líquido investido	429.286	-	(13.573)	(8.286)	64.751	472.178

	31/12/2016	Aumento de capital	Redução de capital (*)	Dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	31/12/2017
Investidas						
Ventos de São Clementes I Energias Renováveis S.A.	29.518	22.139	(2.596)	-	1.357	50.418
Ventos de São Clementes II Energias Renováveis S.A.	37.730	22.140	(2.618)	-	344	57.596
Ventos de São Clementes III Energias Renováveis S.A.	32.943	22.140	(2.618)	(944)	7.773	59.294
Ventos de São Clementes IV Energias Renováveis S.A.	30.542	22.140	(2.597)	(206)	5.931	55.810
Ventos de São Clementes V Energias Renováveis S.A.	25.361	24.269	(2.639)	-	895	47.886
Ventos de São Clementes VI Energias Renováveis S.A.	25.824	24.843	(2.639)	-	(1.249)	46.779
Ventos de São Clementes VII Energias Renováveis S.A.	36.548	33.769	(3.040)	-	(219)	67.058
Ventos de São Clementes VIII Energias Renováveis S.A.	26.074	23.111	(2.364)	-	(2.376)	44.445
Total líquido investido	244.540	194.551	(21.111)	(1.150)	12.456	429.286

(*) A redução de capital das SPEs foi efetuada para pagamento de serviço da dívida das debêntures da São Clemente Holding com autorização do BNDES.

10 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados do consolidado estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Móveis e utensílios	1.250	(207)	1.043	138
Equipamentos de processamento de dados	123	(7)	116	-
Máquinas e equipamentos	1.097.468	(126.317)	971.151	1.034.195
Imobilizado em andamento	-	-	-	409
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.363	(1.718)	18.645	4.018
Total	1.119.204	(128.249)	990.955	1.038.760

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2018
	Saldo em 31/12/2017	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	
Imobilizado						
Móveis e utensílios	145	13	953	-	(68)	1.043
Imobilizado em andamento (a)	402	-	-	(402)	-	-
Máquinas e equipamentos	1.034.195	2.578	(16.300)	(528)	(48.794)	971.151
Equipamentos de processamento de dados	-	6	112	-	(2)	116
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.018	2	15.235	-	(610)	18.645
Total	1.038.760	2.599	-	(930)	(49.474)	990.955

	Consolidado					Saldo em 31/12/2017
	Saldo em 01/01/2017	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	
Imobilizado						
Terrenos	1.176	-	(1.176)	-	-	-
Móveis e utensílios	159	2	-	-	(16)	145
Imobilizado em andamento (a)	548	-	-	(146)	-	402
Máquinas e equipamentos	1.113.827	871	(32.629)	146	(48.020)	1.034.195
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.785	864	(509)	-	(122)	4.018
Total	1.119.495	1.737	(34.314)	-	(48.158)	1.038.760

(a) Durante o exercício de 2018 a Companhia concluiu a unitização, desta forma, efetuou transferências no ativo imobilizado para a adequação da apresentação.

11 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
ABB Ltda.	-	-	-	1.839
GE Water & Precc Technologies do Brasil Ltda	-	-	-	122
Câmara de Comércio de Energia Elétrica S.A	-	-	2.661	777
Arrendamento a pagar	-	-	222	-
Tokio Marine Seguradora S.A.	-	-	2.505	-
Provisão de fornecedores a pagar	-	-	367	8.893
Fornecedores diversos	19	564	732	8.249
Total	19	564	6.487	19.880

12 Empréstimos e financiamentos (consolidado)

	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Financiamentos	2,55% a.a. + TJLP	702.985	721.795
Circulante		83.974	49.227
Não circulante		619.011	672.568

A movimentação dos empréstimos ocorreu da seguinte forma:

	Movimentação
Saldo em 31 de dezembro de 2016	695.057
Juros Pagos	(30.689)
Amortização do Principal	(11.569)
Juros Incorporados a Dívida	67.625
Custo de captação incorrido	1.371
Saldo em 31 de dezembro de 2017	721.795
Juros Pagos	(59.690)
Amortização do Principal	(24.600)
Juros Incorporados a Dívida	61.505
Custo de captação incorrido	3.975
Saldo em 31 de dezembro de 2018	702.985

O Grupo possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

O financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES está garantido por fianças bancárias emitidas por bancos comerciais até a conclusão financeira do projeto, conforme definido no contrato, bem como pelo penhor da totalidade das ações atuais e futuramente detidas sobre as respectivas SPEs e sobre o Grupo, quaisquer outras ações representativas detidas sobre o capital das mesmas, e qualquer rendimento dessas ações. As SPEs cederam

ainda fiduciariamente os direitos creditórios decorrentes da receita proveniente da venda de energia elétrica que será produzida pelas investidas, bem como direitos emergentes relacionadas às autorizações de geração de energia e determinados contratos dos projetos. Assim como todos os aerogeradores detidos pelas SPEs.

O financiamento com o BNDES possui 192 parcelas, com a última prestação vencendo em 15 de junho de 2033.

Covenants

Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual ou superior a 1,2 vezes, os quais foram atendidos no exercício de 2018.

Constituir em favor do BNDES, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” com recursos no valor equivalente a, no mínimo, três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ (um quarto) do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção.

13 Debêntures

	Encargos	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
1ª série (única)	IPCA + 8,000%	Outubro de 2030	<u>177.449</u>	<u>170.851</u>
Circulante			1.774	19.759
Não circulante			175.675	151.092
A movimentação das debêntures ocorreu da seguinte forma:				
Emissão em 15 de abril de 2017				180.000
Amortização do Principal				(21.105)
Juros Incorporados a Dívida				11.956
Saldo em 31 de dezembro de 2017				<u>170.851</u>
Amortização do Principal				(235)
Amortização de Juros				(13.230)
Juros Incorporados a Dívida				20.063
Saldo em 31 de dezembro de 2018				<u>177.449</u>

O Grupo emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, do tipo nominativo escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória.

As debêntures foram emitidas em 15 de abril de 2017 em uma única série de 180.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 e vencimento em 15/10/2030.

Para garantir o fiel, pontual e integral pagamento, foram constituídas as seguintes garantias:

- Penhor da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Emissora de titularidade de Ventos de São Clemente Holding S.A:
- Penhor da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão das SPEs de titularidade da Emissora;

- (c) Penhora da totalidade das ações (presentes e futuras) de emissão da Emissora de titularidade da Echo Holding 1 S.A
- (d) Cessão fiduciária, pelas SPEs e/ou da Emissora, conforme aplicável, dos direitos decorrentes (a) dos “Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado”, celebrados pelas SPEs com as distribuidoras de energia elétrica (“CCEARs”); (b) de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pelas SPEs no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulado (ACR); (c) (1) de cada um dos contratos de venda de energia celebrados entre a General Eletric Energy do Brasil Ltda. E cada uma das SPEs; (2) de cada um dos contratos de operação e manutenção celebrados entre a General Eletric Energy do Brasil Ltda. E cada uma das SPEs; (3) de cada um dos contratos de engenharia, aquisição, fornecimento, montagem e comissionamento em regime de empreitada global celebrados entre a ABB Ltda. E cada uma das SPEs; (4) de cada um dos contratos de engenharia de construção civil em regime de empreitada por preço global das usinas celebrados entre a Mercurius Engenharia S.A. e cada uma das SPEs; (5) do contrato de engenharia, aquisição, fornecimento, montagem e comissionamento em regime de empreitada global celebrado entre a ABB Ltda. e Enind Engenharia e Comércio Ltda. com as SPEs; e (6) do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Emissora, a Engineering S.A. Serviços Técnicos SP e Laureano & Meirelles Engenharia Ltda; (d) das autorizações espedidas pelo órgãos competentes; (6) sobre determinadas contas bancárias de titularidade das SPEs e da Emissora e, dentre outros, (f) dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com a Emissora;
- (e) Penhor dos aerogeradores das SPEs.

Covenants

A Emissora e as SPEs obrigam-se a manter as seguintes contas vinculadas:

- (a) Contas centralizadoras das SPEs;
- (b) Conta centralizadora da Emissora (Holding);
- (c) Contas pagamento debêntures;
- (d) Conta reserva do serviço da dívida debêntures;
- (e) Contas reserva do serviço da dívida BNDES;
- (f) Conta reserva de O&M;
- (g) Conta de complementação do ICSD: O ICSD será apurado anualmente com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e auditadas, e considerando a totalidade dos recursos mantidos na referida conta controlada, atinja 1,20. Caso não seja atingido o índice de 1,20, mas o ICSD apurado seja superior a 1,05, a Emissora vai autorizar o Banco Administrador a depositar na Conta de complementação do ICSD recursos suficientes para que o cálculo do referido ICSD atinja 1,20.

Os referidos covenants foram atingidos em 31 de dezembro de 2018.

14 Provisão para ressarcimento

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para ressarcimento	<u>10.427</u>	<u>10.427</u>
Circulante	3.857	3.857
Não circulante	6.570	6.570

A geração de energia dos parques eólicos em exercícios anteriores foi inferior ao volume previsto no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR, devido a ocorrência de ventos abaixo da média histórica prevista neste exercício. Devido ao fato supracitado, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações que a mesma possui junto ao CCEAR, a qual será liquidada nos exercícios subsequentes. Em 2018, não houve tal provisão. Em 2017 o montante de ressarcimento registrado foi de R\$ 10.427, sendo R\$ 3.857 como passivo circulante e R\$ 6.570 como não circulante.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social integralizado é de R\$ 313.646 em dezembro de 2018 (R\$ 308.780 em 2017) e está apresentado por 313.646 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme Assembleias Gerais Extraordinárias ocorridas durante o exercício de 2018 foi subscrito o montante de R\$ 4.866.

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do exercício de 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 12.126 no consolidado (R\$ 9.453 em 31 de dezembro de 2017).

	Consolidado			
	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	311.360	311.360	261.779	261.779
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	24.909	37.363	20.942	31.413
Demais receitas	7.530	7.530	3.822	5.098
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Corrente	<u>8.086</u>	<u>4.040</u>	<u>6.167</u>	<u>3.286</u>

17 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta de Energia Elétrica (a)	311.360	261.779
(-) Deduções da receita bruta	(11.367)	(9.861)
Pis	(2.026)	(1.921)
Cofins	(9.341)	(7.940)
Total	<u>299.993</u>	<u>251.918</u>

- (a) A receita bruta de energia elétrica representa a venda de geração própria e a revenda de energia adquirida para comercialização.

18 Custos de operação

	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2018	31/12/2017 (Reapresentado)
Depreciação e amortização	(49.473)	(47.325)
Compra de energia (a)	(52.075)	(22.260)
Encargos de transmissão e conexão	(8.856)	(9.233)
Despesa com manutenção	(321)	-
Serviços de terceiros	(9.155)	(3.421)
Arrendamentos e aluguéis	(3.492)	(3.036)
Seguros	(1.545)	(1.151)
Custo com pessoal	(882)	(857)
Taxa de fiscalização ANEEL	(504)	(564)
Compartilhamento de custos	(3.467)	-
Impostos e taxas	(1.425)	-
Despesas com manutenção	(270)	(1.043)
Materiais	(73)	(1.607)
Outros	(929)	(1.246)
Total	<u>(132.467)</u>	<u>(91.743)</u>

- (a) A rubrica de compra de energia representa o total de compras realizadas no período para atendimento ao MCSD e revenda.

19 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Serviços prestados por pessoa jurídica	-	(88)	(1.152)	(126)
Viagens, diárias e ajuda de custos	-	-	-	(58)
Taxas e emolumentos	-	(17)	(8)	(129)
Energia elétrica	-	-	(40)	-
Despesas com cartórios	-	(3)	(33)	(644)
Despesas associativas	-	-	(105)	-
Despesas legais, judiciais e publicações	(81)	(63)	(419)	(431)
Compartilhamento de despesas	-	(21)	(5.133)	(823)
Auditoria externa	-	-	-	(10)
Alugueis	-	-	-	(46)
Internet	-	-	(6)	-
Multas	-	-	(15)	-
Material	-	-	-	(110)
Gastos com pessoal	-	-	-	(10)
Gastos diversos	(5)	(2)	(1.789)	(11.702)
(-) Estimativa crédito liquidação duvidosa	-	-	(239)	-
Total	(89)	(195)	(8.939)	(14.089)

20 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Descontos obtidos	-	-	131	-
Outras receitas	-	132	7.869	197
Rendimentos de aplicação financeira	1	51	-	3.835
	1	183	8.000	4.032
Tarifa bancária	(39)	(20)	(3.541)	(95)
Juros Debêntures	(20.053)	(11.956)	(20.053)	(11.956)
Comissões e despesas bancárias	(9)	-	(24.224)	(5.035)
Juros BNDES	-	-	(61.505)	(67.626)
IOF	-	(1)	(7)	(4)
IOF sobre mútuo	-	(40)	-	(80)
Comissão e fianças bancárias	(4.074)	(2.395)	-	(24.537)
Juros fornecedores	-	-	(54)	(31.835)
Multas	-	-	(9)	(48)
Outras despesas financeiras	-	-	(607)	(1.496)
Amortização captação de empréstimos	-	-	(3.972)	-
	(24.175)	(14.412)	(113.973)	(142.712)

21 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de passivos e resultado em 2018 e 2017, bem como as transações que influenciaram os resultados dos períodos, decorrem de transações do Grupo, as quais estão descritas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo				
Echoenergia Participações S.A. (a)	-	-	719	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>719</u>	<u>-</u>
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado				
Compartilhamento de custos (a)	-	-	(3.467)	-
Compartilhamento de despesas (a)	-	(21)	(5.133)	(823)
Total	<u>-</u>	<u>(21)</u>	<u>(8.600)</u>	<u>(823)</u>

- (a) O Grupo possui despesas e contas a pagar referentes a compartilhamentos de despesas e custos entre as investidas e a Echoenergia Participações S.A.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

22 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros

	Controladora 31/12/2018		Consolidado 31/12/2018		Controladora 31/12/2017		Consolidado 31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixas e equivalentes de caixa	184	184	101.989	101.989	85	85	59.339	59.339
Fundos vinculados	-	-	33.431	33.431	-	-	25.691	25.691
Fornecedores	19	19	6.487	6.487	564	564	19.880	19.880
Financiamentos e debêntures	177.449	177.449	880.434	880.434	170.851	170.851	892.646	892.646
Total	<u>177.652</u>	<u>177.652</u>	<u>1.022.341</u>	<u>1.022.341</u>	<u>171.500</u>	<u>171.500</u>	<u>997.556</u>	<u>997.556</u>

b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Fluxos de caixa contratuais					
31/12/2018 Consolidado	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	6.487	6.487	-	-	-
Debêntures	177.449	1.774	1.774	5.322	168.579
Financiamentos	702.985	83.974	83.974	251.922	283.115
Total	886.921	92.235	85.748	257.244	451.694
31/12/2017 Consolidado	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	19.880	19.880	-	-	-
Debêntures	170.851	19.759	39.518	59.277	52.297
Financiamentos	721.795	49.227	98.454	198.044	376.070
Total	912.526	88.866	137.972	257.321	428.367

c. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2018		31/12/2017	
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado
Ativos financeiros				
<i>Controladora</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	-	184	1	84
Contas a receber	-	-	753	-
<i>Consolidado</i>				
Caixas e equivalentes de caixa	16.845	85.144	29	59.310
Fundos vinculados	-	33.431	-	25.691
Contas a receber	62.616	-	32.233	-
Depósitos judiciais	109	-	108	-
Passivos financeiros				
<i>Controladora</i>				
Fornecedores	19	-	564	-
Debêntures	177.449	-	170.851	-
<i>Consolidado</i>				
Fornecedores	6.487	-	19.880	-
Debêntures	177.449	-	170.851	-
Financiamentos	702.985	-	721.795	-

d. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) *Risco operacional*

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração do Grupo mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

(ii) Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com riscos de prejudicar a reputação do Grupo.

O Grupo possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O Grupo não possui em 31 de dezembro de 2018 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

e. Análise de sensibilidade

O Grupo, para fins de referência, nos termos do CPC 40, preparou uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2018 definido por meio destas expectativas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil):

Variação das taxas de juros e índices	Variação	Cenário provável	Sensibilidade		
	31/12/2018	31/12/2019	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP	6,50%	6,96%	0,5 p.p.	0,63 p.p.	0,75 p.p.
IPCA	3,70%	4,00%	0,3 p.p.	0,38 p.p.	0,45 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI	6,50%	7,10%	0,6 p.p.	0,75 p.p.	0,9 p.p.
			Sensibilidade		
	Índice	Saldos em 31/12/2018	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento (passivo)					
Debêntures	IPCA	177.449	7.098	8.873	10.674
Empréstimos e financiamentos	TJLP	702.985	48.928	61.160	73.392
		880.434	56.026	70.033	84.066
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	118.575	8.419	10.524	12.629

23 Informações complementares ao fluxo de caixa

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2018 foram realizadas as seguintes transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa:

31.12.2018

Integralização de capital com AFAC (a) 908

(a) A Companhia utilizou o AFAC com partes relacionadas existente em 2017 para integralizar capital em 2018.

24 Contingências

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

Todavia, tramitam processos classificados como possíveis de perda, que se se referem ao ISS arbitrado em função de obras no Município de Venturosa, no valor de R\$ 11.350 em 31 de dezembro de 2018.